

A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E REFLEXÕES SOBRE A PERMANÊNCIA E O DIREITO À EDUCAÇÃO

Clarice Braidó Novak¹
Jardéleia Pereira Milani²
Maria Aparecida Rosa da Silva³
Paulo César Cabral⁴
Rozeli Faccin Milan⁵

RESUMO: O presente artigo tem como propósito investigar a persistente evasão escolar que afeta a Educação de Jovens e Adultos (EJA), marcada por uma série de fatores que comprometem a efetividade dessa modalidade de ensino. A EJA representa uma importante ferramenta de inclusão, voltada a assegurar o direito à educação a sujeitos historicamente marginalizados do processo educacional formal. Este estudo busca analisar os aspectos que envolvem o abandono escolar nessa modalidade, refletindo sobre os principais fatores que levam jovens e adultos a interromperem seus estudos antes da conclusão. A pesquisa apresenta uma discussão teórica sobre os conceitos e concepções que compõem o cenário educacional da EJA, além de destacar a função do professor como mediador no processo de ensino-aprendizagem. A atuação docente é compreendida aqui como elemento essencial para o desenvolvimento significativo da aprendizagem, sobretudo quando articulada a realidade vivida pelos educandos. Reconhece-se, portanto, a importância de valorizar os saberes prévios que esses alunos trazem consigo, frutos de suas experiências pessoais, profissionais e sociais ao longo da vida. O artigo ainda apresenta sugestões pedagógicas voltadas a minimização dos índices de evasão escolar, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento das práticas educativas na EJA. A pesquisa foi conduzida com base na abordagem qualitativa, por meio de um estudo bibliográfico realizado em fontes como livros, artigos científicos, revistas especializadas e sites acadêmicos. Os principais autores utilizados como referência foram Pedrosa (2010), Arroyo (2005), Paulo Freire, Gadotti, Campos (2003), além de documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Constituição Federal e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

2936

Palavra-chave: EJA. Evasão escolar. Direito à educação. Permanência. Políticas públicas.

¹Mestranda pela São Luís University.

²Mestranda pela São Luís University.

³Mestranda pela São Luís University.

⁴Mestrando pela São Luís University.

⁵Mestranda pela São Luís University.

ABSTRACT: This article aims to investigate the persistent school dropout that affects Youth and Adult Education (EJA), a phenomenon marked by various factors that compromise the effectiveness of this educational modality. EJA is recognized as an important tool for inclusion, designed to guarantee the right to education for individuals historically marginalized from the formal educational system. This study analyzes the factors contributing to dropout in this context, reflecting on the main reasons why youth and adults fail to complete their studies. It presents a theoretical discussion on the concepts and foundations that shape the EJA environment and highlights the teacher's role as a mediator in the teaching-learning process. The educator's involvement is seen as essential for meaningful learning, especially when connected to students' lived realities. The study also emphasizes the value of prior knowledge acquired through personal, professional and social experiences. Furthermore, the article proposes pedagogical strategies aimed at reducing dropout rates and enhancing educational practices in EJA. The research follows a qualitative approach, conducted through bibliographic analysis using sources such as books, academic articles, scientific journals and legal documents. The main references include Pedroso (2010), Arroyo (2005), Paulo Freire, Gadotti, Campos (2003), as well as the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB), the Federal Constitution and the National Common Curricular Base (BNCC).

Keywords: Youth and Adult Education. School dropout. Right to have education. Educational permanence. Public policies.

RESUMEN: El propósito de este artículo es investigar la persistente tasa de deserción escolar que afecta a la Educación de Personas Jóvenes y Adultas (EJA), marcada por una serie de factores que comprometen la efectividad de esta modalidad de enseñanza. La EJA representa una importante herramienta para la inclusión, destinada a garantizar el derecho a la educación de los sujetos históricamente marginados del proceso educativo formal. Este estudio busca analizar los aspectos que involucran la deserción escolar en esta modalidad, reflexionando sobre los principales factores que llevan a jóvenes y adultos a interrumpir sus estudios antes de su finalización. La investigación presenta una discusión teórica sobre los conceptos y concepciones que componen el escenario educativo de la EJA, además de destacar el papel del docente como mediador en el proceso de enseñanza-aprendizaje. El desempeño docente se entiende aquí como un elemento esencial para el desarrollo significativo del aprendizaje, especialmente cuando se articula con la realidad vivida por los estudiantes. Por ello, se reconoce la importancia de valorar los conocimientos previos que estos alumnos traen consigo, fruto de sus experiencias personales, profesionales y sociales a lo largo de su vida. El artículo también presenta sugerencias pedagógicas dirigidas a minimizar las tasas de deserción escolar, con el objetivo de contribuir a la mejora de las prácticas educativas en la EJA. La investigación se realizó con base en el enfoque cualitativo, a través de un estudio bibliográfico realizado en fuentes como libros, artículos científicos, revistas especializadas y sitios web académicos. Los principales autores utilizados como referencias fueron Pedroso (2010), Arroyo (2005), Paulo Freire, Gadotti, Campos (2003), así como documentos legales como la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB), la Constitución Federal y la Base Curricular Nacional Común (BNCC).

Palabra clave: EJA. Deserción escolar. Derecho a la educación. Permanencia. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O presente estudo explicita o tema da evasão escolar na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O objetivo geral da pesquisa é identificar os principais fatores que influenciam a desistência dos alunos nesse segmento educacional. Como objetivos específicos, busca-se analisar as circunstâncias que contribuem para a interrupção do percurso escolar, promovendo uma compreensão mais ampla da realidade e da complexidade que envolvem a relação entre o aluno e o ambiente escolar.

Diversos fatores que influenciam a evasão escolar na EJA estão relacionados as condições socioeconômicas dos estudantes, a forma como essa modalidade é conduzida, as práticas pedagógicas adotadas e a falta de um currículo adequado. Essa ausência compromete a permanência dos alunos e dificulta sua inclusão social, impedindo uma formação significativa voltada para a inserção e o crescimento no mundo do trabalho.

Segundo Pedroso (2010), afirma que:

O público atendido pela EJA é de pessoas que na idade regular não puderam estudar, ou por não se sentirem atraídos pelo conteúdo escolar acabaram deixando a escola. Isto acaba gerando uma exclusão dos indivíduos analfabetos dentro da sociedade e da própria escola. Muitos são os problemas que dificultam o ingresso de pessoas no ensino na idade regular, alguns destes problemas são: gravidez precoce, drogas, desinteresse, condições financeiras (Pedroso, 2010, p. 11).

2938

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu como resposta a uma demanda histórica de pessoas que, por diversos motivos, não puderam frequentar a escola na idade considerada adequada. Essa defasagem educacional está frequentemente atrelada a fatores estruturais como condições de pobreza, inserção precoce no mercado de trabalho, gravidez na adolescência, envolvimento com drogas, entre outros elementos que contribuem significativamente para o abandono escolar. Conforme Pedroso (2010), o público da EJA é formado por indivíduos excluídos do ensino convencional, seja por barreiras socioeconômicas ou pela desconexão entre o currículo escolar e a realidade vivida por esses sujeitos. Essa desconexão contribui para uma exclusão que se manifesta tanto na sociedade quanto no ambiente escolar.

Nesse contexto, o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 assegura a igualdade de direitos para todos os cidadãos, enquanto o artigo 205 define a educação como um direito universal, devendo ser promovida pelo Estado com foco no pleno desenvolvimento da pessoa, no exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

De forma complementar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 1º, parágrafo 2º, atribui à sociedade e ao Estado a responsabilidade conjunta pela

educação escolar, e no artigo 37, garante a oferta da EJA para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade apropriada (Brasil, 1996).

Vale ressaltar, mesmo que o aluno tenha o direito assegurado nas legislações específicas, não significa a inclusão de fato em detrimento as desigualdades sociais. Cabe a escola, por meio de políticas públicas eficazes e de currículos que dialoguem com a vivência dos educandos, combater essas desigualdades.

A adolescência, período em que se espera o ingresso regular na educação básica, é marcada por uma série de vulnerabilidades que tornam os jovens mais suscetíveis a processos de exclusão, seja pelo fracasso escolar ou pela necessidade de assumir responsabilidades para as quais ainda não estão preparados.

A pesquisa também explora a caracterização da EJA, sua finalidade, seus princípios e a distinção em relação ao ensino regular, além de apresentar uma reflexão sobre os fatores que contribuem para a evasão escolar vivida por esse público. São inúmeros os acontecimentos que impactam diretamente a trajetória educacional desses indivíduos.

Por fim, destaca-se o papel do professor na EJA, que enfrenta desafios constantes ao atuar em uma modalidade de ensino que exige atenção especial e sensibilidade para compreender as especificidades dos alunos. A prática pedagógica nesse contexto exige compromisso, escuta ativa e estratégias que considerem o histórico de vida dos educandos.

2. A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade educacional destinada a pessoas que, por diferentes motivos, não tiveram a oportunidade de iniciar ou concluir a educação básica na idade convencional. Essa proposta visa assegurar o direito a aprendizagem a indivíduos historicamente excluídos do sistema formal de ensino.

Refletir sobre a importância da EJA no contexto da Educação Básica é essencial, especialmente por seu potencial de promover inclusão e contribuir para a transformação social. A educação, nesse sentido, representa uma via de acesso tanto ao conhecimento acadêmico quanto ao saber adquirido por meio da vivência, sendo também um instrumento fundamental para a qualificação profissional.

Além disso, a educação possibilita o desenvolvimento de capacidades críticas, criativas e participativas, favorecendo a construção da identidade individual e a inserção ativa na sociedade. Assim, a EJA desempenha um papel importante ao colaborar para que seus sujeitos

se tornem agentes transformadores de suas próprias histórias e da realidade em que estão inseridos.

Aranha (1997) afirma, que a importância da EJA.

[...] como uma atividade sistemática de interação entre seres sociais, ocorrendo essa interação no nível intrapessoal como no nível da influência do meio, interação essa que se configura numa ação exercida sobre sujeitos ou grupos de sujeitos visando provocar neles mudanças tão eficazes que os tornem elementos ativos desta em vista esta função, a educação deve voltar-se a uma formação na qual os educandos possam: aprender permanentemente; refletir própria ação exercida (Aranha, 1997, p. 50).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu no cenário das políticas públicas voltadas a promoção da qualidade de vida, com o objetivo de reduzir as deficiências históricas do sistema educacional brasileiro. Seu propósito central é oferecer conhecimentos básicos como leitura, escrita e matemática, assegurando o direito à educação para aqueles que não puderam ingressar ou permanecer na escola durante a idade apropriada.

Fundamentada nos princípios de equidade e democracia, a EJA busca promover a inclusão social de milhares de cidadãos, contribuindo para sua inserção em uma sociedade pautada por direitos. Dessa forma, essa modalidade de ensino está diretamente vinculada a análise das políticas de inclusão social e as especificidades do contexto brasileiro contemporâneo.

2940

Conforme aponta Gadotti (2011, p. 36), “o analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta”. Para o autor, a ausência de escolarização está relacionada à desigualdade social, sendo fator agravante da pobreza, do desemprego e até mesmo da criminalidade, reforçando os efeitos negativos de um sistema que nega o acesso pleno à educação.

Com a promulgação da Emenda Constitucional de 1996, e a posterior publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), a EJA foi oficialmente reconhecida como uma modalidade de ensino nos níveis fundamental e médio.

Essa legislação reafirma o compromisso do Estado em garantir o direito à educação para todos, inclusive para aqueles que, por diversos motivos, não puderam estudar na idade escolar adequada.

Nesse contexto, Scortegana e Oliveira (2006), destacam que:

A educação ganhava novos impulsos sob a crença de que seria necessário educar o povo para que o país se desenvolvesse, assim como para participar politicamente através do voto, que se daria por meio da incorporação da enorme massa de analfabetos (Scortegana; Oliveira, 2006, p. 4).

De acordo com as autoras, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou a ser vista sob novas perspectivas, ao garantir o direito ao ensino formal à população que permaneceu analfabeta ou que, por diferentes razões, não teve acesso à escola na idade adequada ou não concluiu seus estudos. Tal direito é assegurado pela Constituição Federal, que reconhece a educação como um dever do Estado e um direito de todos os cidadãos. A proposta de ampliar o acesso à educação parte da compreensão de que o desenvolvimento do país depende da participação ativa e consciente da população, sobretudo por meio do exercício democrático do voto e da cidadania.

A luta por uma educação igualitária voltada a jovens e adultos vai além das ações pontuais das políticas sociais. Ela representa uma transformação significativa na formação de sujeitos críticos, capazes de atuar com autonomia no mercado de trabalho, na vida cultural e nos diversos espaços sociais. A EJA tem como foco o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania plena, ao mesmo tempo em que busca enfrentar as desigualdades sociais estruturais — incluindo questões de classe, gênero, etnia e idade historicamente acentuadas por um sistema excludente e individualista, herança de um modelo colonial e desigual.

Com o avanço da globalização, surgiu uma demanda crescente por profissionais mais qualificados, especialmente nas áreas urbanas. Essa nova realidade exigiu mudanças nas estruturas sociais, fazendo com que os indivíduos buscassem melhor preparo educacional para se inserirem no mundo do trabalho e tomarem decisões com maior autonomia e consciência crítica.

É nesse cenário que a EJA surge como uma resposta prática e eficaz para transformar a realidade de grupos marginalizados. Sua essência está na resistência às diversas formas de marginalização, sobretudo as relacionadas à pobreza e à falta de acesso à educação básica. A proposta pedagógica da EJA visa à construção de um currículo sensível às especificidades do seu público, considerando as vivências, a cultura e os saberes adquiridos ao longo da vida. O aluno é reconhecido como um ser histórico e social, detentor de conhecimentos prévios que dialogam com a realidade e que podem ser ressignificados a partir do processo educativo.

Dessa forma, a EJA deve promover práticas pedagógicas que estabeleçam vínculos com o universo cultural dos estudantes, utilizando-se de experiências cotidianas e diversas formas de socialização para enriquecer a aprendizagem. Essa abordagem torna o conhecimento mais significativo, refletindo diretamente na vida pessoal e profissional dos educandos.

A elaboração do currículo, portanto, precisa estar alinhada aos princípios e finalidades da EJA, sendo um elemento essencial na construção de uma proposta pedagógica efetiva. É necessário valorizar a pluralidade presente no ambiente escolar e propor um ensino mais inclusivo, participativo e humano. Assim, a EJA se configura como um caminho legítimo para transformar as condições econômicas, sociais e intelectuais das populações mais vulneráveis do Brasil.

A educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta-se como uma modalidade de ensino que foi criada pela grande necessidade de oferecer uma chance a mais na vida de pessoas que por algum motivo não tiveram acesso ao estudo, principalmente ao ensino fundamental. Sua tarefa é estimular jovens e adultos lhes proporcionando acesso à sala de aula (Silva; Queiros; Monteiro, 2015, p. 2).

Conforme as autoras, o principal objetivo da EJA é promover a inclusão social e o acesso à Educação Básica, onde o indivíduo passará por grandes mudanças e transformações, se tornando reflexivo, criativo e crítico, para tomar suas próprias decisões e exercer por direito sua cidadania com autonomia, sendo assim poder modificar a sua realidade vivenciada. Portanto, a EJA nasceu, das “lacunas” do sistema educacional brasileiro, com ações para correção de alguma forma modificar a sua realidade vivenciada.

2.1 CRIAÇÃO DA EJA

2942

A educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que foi criada pelo Governo Federal, que permeia todos os níveis da Educação Básica do país, voltada para jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação escolar na idade apropriada ou por alguma particularidade, foi projetada para considerar a diversidade do público, respeitando suas trajetórias e experiências, e permitindo conciliar os estudos com outras atividades diárias.

No entanto, a visão que indivíduos que não puderam estudar na infância e adolescência ficaram totalmente no passado com ideologia de tempo apropriado, esta concepção foi refletida percebendo-se que não tem idade limitada em questão do aprendizado, que todos que procuram e tem vontade de estudar tem o seu direito garantido, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9.394/1996.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seus artigos 1º e 2º (Brasil, 1996), estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. O artigo 2º define que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Dessa forma, a EJA insere-se nesse contexto como modalidade que atende aos princípios da equidade e da inclusão.

Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

De acordo com a Lei da LDB, nessa perspectiva, é preciso buscar uma concepção mais ampla da dimensão tempo e espaço no aprendizado, em que educadores e alunos desenvolvam uma relação mais dinâmica com o convívio social em sala de aula e suas questões culturais, pois a vida jovem e adulta também são tempos de aprendizagens, nesse sentido a educação deve estar fundamentada em valores que traz dignidade, autonomia e respeito mútuo.

Portanto, essas pessoas que procuram esta modalidade não são só por que precisam corrigir uma distorção idade/série, mas são indivíduos que foram marginalizados pelas esferas socioeconômicas e educacionais, que por algum motivo foram privados do acesso ao conhecimento escolar, cultural e social, ficando muitas vezes a margem da sociedade sem participação ativa no mercado de trabalho, cultura e política, que precisa concluir seus estudos se qualificar rapidamente para se colocar no mundo globalizado que evolui constantemente, e assim quebrando as barreiras sociais.

2943

O adulto, para a EJA, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização, ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música. E o jovem, relativamente recentemente incorporado ao território da antiga educação de adultos, não é aquele com uma história de escolaridade regular, o vestibulando ou o aluno de cursos extracurriculares em busca de enriquecimento pessoal. Não é também o adolescente no sentido naturalizado de pertinência a uma etapa biopsicológica da vida (Oliveira, 1999, p.10).

Segundo Oliveira 1999, devido ao mundo industrializado exige mão de obra qualificada, como muitas pessoas precisam do emprego para a sua sobrevivência é preciso voltar a estudar para conseguir um trabalho, sendo necessário correr contra o tempo. O público da EJA são pessoas que vivem em ambiente urbano e rural, que trabalham em subemprego e ou são excluídas pela falta da escolaridade, pois, elas têm uma marca de exclusão da sociedade, construídos sobre memórias que os tornam pessoas temporárias do presente e do futuro que foram excluídas do sistema de ensino ou por outros motivos precisaram interromper a vida escolar.

A educação deve ser universal e inclusiva, ou seja, garantida a todas as pessoas sem qualquer forma de discriminação. “A educação é o processo pelo qual o indivíduo se formará

para a sociedade plural e múltipla a que irá pertencer. Temos de fazer instituições educativas, integradas, humanas e pessoais na qual ingressará, com o viático de sua formação escolar” (Teixeira, 1967. p.27).

Conforme Teixeira 1967, a educação básica é uma conquista onde todos tem o direito de frequentar a escola, com perspectivas de preparar pessoas para o ingresso em curso técnicos ou ensino superior, preparando as pessoas para o mundo do trabalho e a convivência em sociedade respeitando a sua pluralidade, inspirada em princípios de liberdade e na ideologia da solidariedade humana, com a finalidade do pleno desenvolvimento do indivíduo e prepará-lo para o exercício da cidadania, além de assegurar que é um direito público e com a colaboração da sociedade de criar condições de acesso e permanência na escola, promovendo uma estrutura cultural e científica fortificada e sustentável.

Pois, a escola é um dos requisitos fundamentais do processo democrático, necessária e capaz de proporcionar a todos os alunos condições adequadas, para o domínio do saber sistematizado desenvolvendo as capacidades intelectuais para executar tarefas sociais e profissionais tirando o indivíduo da situação passiva para o protagonismo da sua História.

2.2 EVASÃO NA EJA

2944

Apesar da existência de leis que asseguram o direito à educação para jovens e adultos, bem como da proposta de transformação social que essa modalidade representa, muitos estudantes ainda enfrentam obstáculos que os impedem de concluir sua trajetória escolar. Antes de abordar diretamente a questão da evasão, é essencial compreender o perfil dos alunos da EJA: quem são eles e quais os motivos que os levam a interromper os estudos. Os sujeitos dessa modalidade apresentam características bastante distintas em relação aos alunos do ensino regular, especialmente no que se refere a faixa etária, aos interesses relacionados a educação formal, as relações sociais e a inserção no mercado de trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) assegura que toda criança tem o direito de começar a frequentar a escola a partir dos 6 anos de idade. Além disso, a LDB determina que o ensino fundamental deve ter duração mínima de 9 anos e é obrigatório para todas as crianças. Além do mais, existem políticas públicas voltadas não apenas para o acesso, mas também para a permanência e conclusão dos estudos por parte desses alunos.

O artigo 32 da Lei nº 9.394/96 detalha os princípios que orientam essa etapa da educação básica.

O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; 2 A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; 3 O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; 4 O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (Brasil, 1996).

De acordo com a lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (Brasil, 1996), a escolarização obrigatória tem início aos seis anos de idade, sendo nesta fase desenvolvidas habilidades fundamentais como leitura, escrita e cálculo. Nesta etapa, o aluno tem acesso a conteúdos relacionados a tecnologia, política, artes, ao conhecimento para que ele possa formar uma visão abrangente de mundo. Essa estrutura de ensino, no entanto, difere significativamente da realidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Nesse contexto Arroyo (2006) afirma que a redefinição da EJA não deve começar pela análise de seu papel no sistema educacional ou entre as modalidades de ensino, mas sim pelo questionamento: “quem são esses jovens e adultos?”. Para o autor, cada estudante da EJA traz consigo uma visão própria sobre a educação e estabelece uma relação particular com o processo de ensino-aprendizagem. Essas relações, influenciadas por suas vivências sociais e culturais, impõem desafios específicos à permanência na escola.

2945

Muitos desses alunos recorrem à educação formal por necessidades práticas e imediatas. Seja para melhorar o desempenho no trabalho, seja para conseguir uma colocação melhor em uma empresa ou até mesmo para lidar com situações cotidianas como interpretar bulas de remédios ou realizar cálculos simples, a escola representa uma ferramenta de inclusão e autonomia. Contudo, o texto aponta que as múltiplas responsabilidades cotidianas funcionam como obstáculos para a permanência na escola, dificultando o retorno e a continuidade na trajetória educacional dessas pessoas.

Segundo Arroyo (2005):

A EJA sempre aparece vinculada a um outro projeto de sociedade, um projeto de inclusão do povo como sujeito de direitos. Foi sempre um dos campos da educação mais politizados, o que foi possível por ser um campo aberto, não fechado e nem burocratizado, por ser um campo de possíveis intervenções de agentes diversos da sociedade, com propostas diversas de sociedade e do papel do povo (Arroyo, 2005, p. 31).

Dessa forma, observa-se que a metodologia aplicada ao ensino na EJA, em muitos casos, ainda se baseia em práticas pedagógicas tradicionais, voltadas ao ensino infantil, e não nos princípios da andragogia que valoriza a aprendizagem ativa, participativa e contextualizada, promovendo um processo educativo mais eficaz para o público adulto.

A andragogia valoriza a flexibilização dos conteúdos a partir dos conhecimentos prévios dos educandos, considerando o contexto de vida e as experiências acumuladas ao longo do tempo. Em contraste, a pedagogia é direcionada ao ensino de crianças, partindo de uma lógica diferente de construção do saber. Por esse motivo, os métodos e estratégias frequentemente utilizados na EJA acabam sendo inadequados, desatualizados e desarticulados da realidade dos sujeitos dessa modalidade, cujas necessidades educacionais e institucionais vão muito além da simples alfabetização.

Segundo Knowles (2009) afirma que:

O modelo andragógico é um modelo processual, em oposição aos modelos baseados em conteúdo [...] O professor andragógico (...) prepara antecipadamente um conjunto de procedimentos para envolver os seguintes elementos: 1) preparar o aprendiz; 2) estabelecer um clima que leva à aprendizagem; 3) criar um mecanismo para o planejamento mútuo; 4) diagnosticar as necessidades para a aprendizagem; 5) formular os objetivos do programa (o conteúdo) que atenderão a essas necessidades; 6) desenhar um padrão para as experiências de aprendizagem; 7) conduzir essas experiências de aprendizagem com técnicas e materiais adequados; e 8) avaliar os resultados da aprendizagem e fazer um novo diagnóstico das necessidades de aprendizagem (Knowles, 2009, p. 121-122).

Conforme o autor, andragogia é um ensino voltado para os adultos baseados na realidade de experiência do aluno, já a pedagogia o educador desenvolve um trabalho diferenciado, onde passa seus conhecimentos para as crianças que não tem nenhuma experiência referente ao conteúdo a ser absorvido no processo de ensino-aprendizagem.

2946

A evasão escolar na EJA pode ser registrada como um abandono por um tempo determinado ou não. Diversas razões de ordem social e principalmente econômica concorrem para a 'evasão' escolar dentro da EJA, transpondo a sala de aula e indo além dos muros da escola (Cruz; Gonçalves, 2015 *apud* Campos, 2003, p. 18).

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um fenômeno complexo, influenciado por diversos fatores de ordem social, econômica e cultural. Para enfrentá-lo de forma eficaz, é necessário realizar um diagnóstico cuidadoso das causas que levam os alunos ao abandono dos estudos, de modo a possibilitar a adoção de metodologias que respeitem as particularidades de cada sujeito. A imposição de currículos rígidos e uniformes, alheios às realidades dos educandos, tende a afastá-los ainda mais do processo educativo.

Nesse sentido, Arroyo (2005, p. 28) alerta que, “teimar em reduzir direitos a favores, a assistência, a suplência, ou a ações emergenciais é ignorar os avanços na construção social dos direitos, entre eles a educação de jovens e adultos”. O autor reforça que aplicar conteúdos desconectados do cotidiano dos alunos é desconsiderar suas vivências e, conseqüentemente, negar-lhes o acesso a uma educação significativa e transformadora.

A EJA não deve ser compreendida apenas como um mecanismo de compensação pelo tempo perdido ou uma solução para suprir carências educacionais. Ela é, sobretudo, uma política pública fundamentada em direitos historicamente conquistados, que reconhece as trajetórias únicas dos sujeitos que a compõem, marcadas por experiências, lutas e saberes próprios.

Os motivos para o abandono escolar podem ser ilustrados quando os jovens e adultos deixam a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são precárias; os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir; evadem por motivo de vaga, de falta de professor, da falta de material didático; e abandonam a escola por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles (Campos, 2003, p. 5).

De acordo com Campos (2003), há uma diversidade de fatores que contribuem para que jovens e adultos abandonem a escola. Entre os principais, destacam-se a necessidade de trabalhar no período noturno, a ausência de professores, questões relacionadas a segurança, a falta de vagas e a escassez de materiais didáticos. Além disso, o cansaço provocado pela intensa rotina de trabalho também exerce forte influência na decisão de deixar os estudos.

No entanto, um dos aspectos mais críticos apontados pelo autor é a inadequação da proposta formativa oferecida, que muitas vezes não dialoga com a realidade e as necessidades específicas desses educandos, tornando-se pouco significativa para suas vivências.

2.3 O PAPEL DO PROFESSOR NA EJA

Atuar como docente na Educação de Jovens e Adultos representa um desafio significativo, pois vai muito além da simples transmissão de conteúdo. Essa função exige uma postura que envolva múltiplos aspectos, como práticas pedagógicas inclusivas, conduta ética, construção de vínculos afetivos, capacidade de autorreflexão, empatia, atitude mediadora e sensibilidade às especificidades do público atendido. É essencial que esse profissional possua não apenas uma formação acadêmica sólida, mas também esteja engajado em processos contínuos de atualização e aprimoramento.

O educador da EJA desempenha um papel fundamental na formação integral dos estudantes, promovendo seu desenvolvimento não apenas intelectual, mas também pessoal e social. Para isso, é necessário que o professor compreenda as particularidades da trajetória de vida dos alunos e adapte sua prática a essas realidades.

Tal abordagem requer uma reflexão constante sobre os caminhos pedagógicos adotados e uma observação crítica e construtiva do contexto educacional em que está inserido. Assim,

torna-se indispensável que sua qualificação profissional seja reconhecida, valorizada e compatível com as exigências específicas da modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

[...] reconhecer o papel indispensável do educador bem formado; reconhecer e reafirmar a diversidade de experiências; reconhecer a importância da EJA para a cidadania, o trabalho, a renda e o desenvolvimento; reconceituar a EJA como um processo permanente de aprendizagem do adulto; e resgatar a tradição de luta política da EJA pela democracia e pela justiça social (Gadotti, 2011, p. 47).

Segundo Gadotti (2011), reconhecer e reafirmar as experiências e o quanto é importante a EJA para a cidadania dessas pessoas, a formação do professor para atuar na EJA, exige reconhecer e respeitar as especificidades e a compreensão de que os discentes jovens e adultos não possui as mesmas características dos alunos crianças.

Portanto, é preciso reconhecer que os estudantes da EJA têm trajetórias de vida distintas, responsabilidades adultas e diferentes formas de aprender. O texto destaca que ensinar esse público exige um compromisso com a qualidade da educação, não apenas em termos técnicos, mas também do ponto de vista social e político.

Moura (2009) afirma que:

Sem a devida qualificação, os professores passam a desenvolver a prática pedagógica ignorando as especificidades e peculiaridades dos sujeitos em processo de escolarização. Utilizam metodologias (técnicas, recursos e atividades) sem qualquer significado para os alunos-trabalhadores, desconsiderando o contexto e a historicidade destes sujeitos (Moura, 2009, p. 46).

2948

Segundo Moura (2009), a formação de docentes que atuam na Educação de Jovens e Adultos exige, nos dias atuais, uma análise cuidadosa e urgente das práticas pedagógicas implementadas no ambiente escolar. Essa formação deve contemplar tanto a etapa inicial quanto a formação continuada, sendo direcionada de forma específica às características e necessidades desse público.

É fundamental considerar as particularidades dos sujeitos que participam do processo educativo, reconhecendo-os como mediador da aprendizagem. Além disso, é necessário que o professor esteja em constante atualização, revendo conceitos e práticas à luz de uma proposta de educação emancipadora, que valorize a dignidade humana e promova o desenvolvimento integral do educando.

Não há uma só alfabetização. Existem várias alfabetizações – digital, cívica, ecológica... – para uma vida social e individual plena. Há conhecimentos sensíveis, técnicos, simbólicos. A alfabetização é um sistema complexo com textos, contextos que não se pode reduzir “ao básico”. O direito à educação não termina no básico. A alfabetização não é um fenômeno estático. Ela deve ser integral e sistêmica; deve ser uma bio-alfabetização, uma alfabetização permanente. Se existem muitas

alfabetizações, não podemos estar livres de alfabetizar sempre, ao longo de toda a vida (Gadotti, 2009, p. 22).

Gadotti (2009) ressalta que não há apenas uma única forma de alfabetizar; ao contrário, existem múltiplas abordagens possíveis. A educação, portanto, não deve se limitar ao nível básico, tampouco ser compreendida como um processo rígido ou imutável. Trata-se de um direito que deve ser assegurado de maneira integral e contínua, considerando a diversidade de caminhos e metodologias existentes para promover a alfabetização.

Nesse contexto, o professor tem o papel de explorar metodologias ativas e estratégias inovadoras, mas sempre atento as realidades e aos saberes prévios dos seus educandos. A interação entre os sujeitos do processo educativo por meio da troca de experiências e conhecimentos contribui significativamente para o enriquecimento da aprendizagem, promovendo um processo formativo mútuo.

Sob os fundamentos da autonomia e da totalidade, a educação transcende os limites físicos da escola, estendendo-se no tempo e no espaço, e reconhecendo o aluno como sujeito em constante formação ao longo da vida. Esse processo de ensino deve ser concebido de forma globalizada, respeitando as múltiplas dimensões culturais e sociais que constituem os diferentes modos de aprender.

2949

Nessa perspectiva, o papel do educador é essencial no desenvolvimento dos estudantes da EJA. Ao transformar a sala de aula em um espaço de diálogo, reflexão e ação, o professor contribui para a formação integral do educando, criando condições para que o planejamento pedagógico esteja alinhado com as vivências dos alunos e as demandas da sociedade contemporânea. Assim, é possível motivar os estudantes a continuarem sua trajetória educacional, integrando o conhecimento com o mundo do trabalho e a cidadania.

Para Cunha e Silva (2004, p. 117), “uma questão que se apresenta é a necessidade de se considerar no processo formativo as especificidades dos alunos com os quais esses profissionais trabalham”. Em outras palavras, a atuação docente na EJA não pode restringir-se ao cumprimento de um currículo padronizado, mas deve atender as singularidades dos estudantes, promovendo uma formação que integre aspectos pessoais, sociais e profissionais.

Dessa forma, a educação de jovens e adultos precisa estar articulada a formação cidadã, favorecendo a inclusão social e a qualificação para o mercado de trabalho. O professor torna-se, assim, um agente transformador, capaz de incentivar a reflexão crítica, articular conteúdos

com a realidade vivida pelos alunos e promover descobertas que contribuem para a construção de um novo olhar sobre o mundo.

Para isso, é imprescindível que o educador mantenha-se em constante formação, buscando práticas pedagógicas inovadoras e desenvolvendo uma visão sistêmica da sociedade. Somente assim será possível construir saberes significativos que estejam de fato alinhados com os desafios e contextos vivenciados pelos educandos da EJA na contemporaneidade e assim construirá conceitos significativos na formação dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu evidenciar os principais aspectos que caracterizam o estudo sobre a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O foco esteve centrado tanto no contexto social quanto no ambiente escolar em que essa modalidade se insere, analisando as diversas causas que levam ao abandono escolar. Considerando o compromisso político que a EJA carrega, enquanto direito educacional das camadas populares historicamente excluídas, destaca-se a relação entre essa modalidade e as formas de exclusão e discriminação presentes dentro e fora do espaço escolar.

Destacou-se, ao longo da investigação, a relevância da EJA como um instrumento fundamental para garantir o acesso à educação aqueles que, por diferentes razões, não puderam concluir seus estudos na idade regular. Essa modalidade representa uma oportunidade de retorno ao processo formativo, assegurando o direito ao conhecimento e a cultura. Foram explorados os conceitos que definem e sustentam a EJA, evidenciando seu papel facilitador para aqueles que trabalham durante o dia e somente conseguem estudar à noite.

A pesquisa também identificou os fatores que contribuem para a evasão escolar nessa modalidade, destacando-se, entre eles, o cansaço físico decorrente da sobrecarga de trabalho, a gravidez precoce, as dificuldades econômicas, entre outros obstáculos. Contudo, um dos pontos mais relevantes observados foi a inadequação curricular, uma vez que o ensino oferecido, em muitos casos, não contempla as especificidades e demandas do mundo do trabalho e da realidade desses educandos.

No tocante a atuação docente, ficou claro que ser professor na EJA representa um desafio constante. Essa prática requer não apenas formação acadêmica, mas também uma formação continuada específica, que permita ao educador desenvolver estratégias didáticas adequadas as particularidades desse público. O professor deve estar atento as necessidades de

seus alunos, reconhecendo e valorizando suas experiências de vida como parte do processo pedagógico, promovendo uma aprendizagem mútua, onde ambos constroem juntos o conhecimento, por meio do diálogo, da troca de experiências e da participação ativa de ambos.

A realização desta pesquisa trouxe uma experiência enriquecedora, contribuindo significativamente para a formação profissional e pessoal. Evidenciou-se a importância de se considerar as diversas trajetórias de vida e contextos culturais dos alunos da EJA, os quais influenciam diretamente na construção de uma cidadania plena e no desenvolvimento socioeconômico.

Essa modalidade de ensino exige reconhecimento, respeito e valorização por parte da sociedade e das instituições educacionais, especialmente por atender indivíduos que enfrentaram e ainda enfrentam inúmeros desafios em sua trajetória, tendo muitas vezes que optar entre o estudo e o trabalho para garantir sua sobrevivência.

Dessa forma, o educador que atua ou deseja atuar na EJA deve refletir profundamente sobre sua prática pedagógica e postura profissional. É necessário revisar suas concepções, compreender o papel afetivo e social da educação e estar disposto a cultivar relações de empatia, escuta e compromisso com seus alunos. A educação, nesse contexto, é compreendida como um processo contínuo de busca por sabedoria, capaz de transformar realidades, formar sujeitos críticos e conscientes, aptos a lidar com as demandas de uma sociedade em constante mudança.

2951

Assim, trabalhar com a EJA requer uma preparação diferenciada, que envolva sensibilidade, empatia e compreensão diante das desigualdades sociais, culturais e históricas que marcam o cenário educacional brasileiro. O compromisso com essa modalidade implica atuar de maneira transformadora, promovendo uma educação que contribua para o desenvolvimento pessoal, profissional e intelectual dos alunos, e que favoreça a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com equidade racial e social.

Além disso, o texto ressalta a importância de construir uma escola democrática, transformadora, ou seja, uma escola que valoriza a participação de todos, promova a inclusão, a equidade e seja capaz de transformar realidades sociais. A valorização da diversidade de experiências de vida dos alunos pode ser um recurso pedagógico poderoso, capaz de enriquecer o processo educativo e preparar os educandos para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho. Dessa forma, tornam-se possíveis mudanças de comportamento e avanços na formação cidadã, fundamentais para o exercício pleno da cidadania.

REFERÊNCIAS

ARANHA, A. V. S. O conhecimento tácito e a qualificação do trabalhador. *Revista Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, n. 2, p. 12-30, 1997. Disponível em: www.repositorio-ufpb.br/jspui/bitstream/POM28062018. Acesso em: 15 jul. 2025.

ARROYO, M. G. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In: *Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos*. Ministério da Educação. 2. ed. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2006.

ARROYO, M. G. Educação de Jovens e Adultos: Um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L.; SOARES, L. (Orgs.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

ARROYO, M. G. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L., GIOBANETTI, M.A., GOMES, N.L.

ARROYO, Miguel González. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio José Gomes; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (orgs.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 19-50.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República*.

2952

BRASIL: Uma Análise Histórico-Crítica. *Revista Eletrônica de Ciências da Educação*, Campo Largo, v. 5, n. 2, p. 4-5, nov. 2006. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/eja-no-brasil>. Acesso em: 15 jul. 2025.

CAMPOS, E. L. F.; OLIVEIRA D. A. A Infrequência dos Alunos adultos trabalhadores, em processo de alfabetização, na Universidade Federal de Minas Gerais. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

Cunha, C. M.& Silva, M. C. F. A. (2004). Educação de jovens e adultos: a diversidade de sujeitos, práticas de exclusão e inclusão das identidades em sala de aula. En: Diniz, M. & Vasconcelos, R. N. (Orgs.). *Pluralidade cultural e inclusão na formação de professores e professoras*. Belo Horizonte: Formato.

GADOTTI, M. Educação de adultos como direito humano. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GADOTTI, M. (2011). Desafios da formação de alfabetizadores. En: Ramos, M. F.&Roman, A. (Ed.). *Educadores sociais: a importância da formação na implementação de tecnologias sociais*. Brasília: Fundação Banco do Brasil.

GADOTTI, M.& ROMÃO, J. (org.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: [www.acervo.paulofreire.org>FPF_PTPF_12_081](http://www.acervo.paulofreire.org/FPF_PTPF_12_081). Acesso em: 15 jul. 2025.

GALLIANO, A. G. O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986. 200 p.

KNOWLES, M. Aprendizagem de resultados: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MOURA, T. M. M. (2009). Formação de educadores de jovens e adultos: realidade, desafios e perspectivas atuais. Práxis educativa. Vitória da Conquista, v.5, n.7, p.4572.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimentos e Aprendizagem. São Paulo: ANPED- Associação nacional de pesquisa e pós-graduação e educação nº 12, 1999.

PEDROSO, S. G. Dificuldades encontradas no processo de educação de jovens e adultos. In: I Congresso Internacional da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos, 2010, João Pessoa. Jovens, Adultos e Idosos: os sujeitos da EJA. João Pessoa: EDITORA UNIVERSITÁRIA UFPB, 2010. Disponível em: <http://www.catedraunescoej.org/GT05/COM/COM019/.pdf>. Acesso em: 15 de jul. de 2025.

SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, R. C. S. Educação de jovens e adultos no Brasil: uma análise histórico-crítica. Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo, v. 5, n. 2, 2006.

2953

SILVA, Simone Pereira da; QUEIROZZ, Adriana Matias; MONTEIRO, Vitoria Barreto. Perspectiva e desafios. EJA: perspectiva e desafios. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO A DOCENCIA,5., 2015, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande UEPB,2015.

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1986.

TEXEIRA, A. S. Educação é um direito, 1967. São Paulo – Editora nacional.